



ATA N.º 1/2020

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE UM DE FEVEREIRO DO ANO DE 2020:

Aos 21 dias do mês de Fevereiro do ano de 2020 realizou-se, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;

Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, com exceção das membros Senhoras D. Ana Paula Silva dos Santos e D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira.

De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, a membro Senhora D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias.

Igualmente esteve presente o Senhor António Francisco Oliveira Pires Cardoso, Vice-Presidente da Câmara Municipal bem como os Vereadores Senhores Engº António Carlos Poço Godinho, Dr. Luís Filipe Santana Júlio e Pedro Álvaro Ribeiro Terré Rodrigues.

Quando eram 21 horas e 10 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou então aberta a Sessão.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 27 de Novembro de 2019 e da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 19 de Dezembro de 2019, uma vez que, as mesmas, foram antecipadamente distribuídas a todos os membros.

Colocada à votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de Novembro de 2019, foi aprovada, **por maioria**, com a abstenção do membro Senhor Bruno Medinas, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores Alam Pereira, D. Ana Filipa Garcia Contente e Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, por não terem estado presentes na Sessão a que a Ata se refere, com exceção dos Pontos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15 e 16, que foram aprovados em minuta no final da citada Sessão.

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Informou que se absteve porque, apesar de ter recebido antecipadamente a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 27 de Novembro de 2019, não teve oportunidade para a ler. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 19 de Dezembro de 2019, à votação, tendo, a mesma, sido aprovada, **por unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores D. Ana Filipa Garcia Contente, D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, Joaquim Grácio Morgado e Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, por não terem estado presentes na Sessão a que a Ata se refere, com excepção dos Pontos 1 e 2 que foram aprovados em minuta no final da citada Sessão. -----

----- De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a membro Senhora D. Ana Paula Silva dos Santos tinha acabado de enviar um e-mail a informar que, por motivos de força maior, não lhe era possível comparecer a esta Sessão e que a membro Senhora D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira requereu a sua substituição por ausência inferior a 30 dias, sendo substituída, na presente Sessão, pela Senhora D. Dulce Marisa Barreiros Martinho. --

----- Informou ainda que as faltas registadas na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 27 de Novembro de 2019, foram devidamente justificadas assim como as faltas registadas na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 19 de Dezembro de 2019, foram igualmente justificadas, com excepção da falta dada pela membro Senhora D. Aida Maria Maggioli Gouveia Esteves Pereira, por não ter apresentado qualquer justificação. -----

----- Por último, deu conhecimento de toda a correspondência recebida informando que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. -----

----- Seguidamente, depois de devidamente autorizada, a Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal procedeu à leitura de um documento subscrito pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal do PSD onde se propõe um Voto de Louvor, destacando os títulos mundiais

✓
\$

alcançados no 68º Campeonato do Mundo de Ornitologia, pelos munícipes Senhores Marco Paulo Ventura Assunção Feijão e José Manuel Almeida Guilherme da Costa, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1-----

----- Colocada à votação a proposta apresentada foi aprovada, **por unanimidade**. -----

----- Quando eram 21 horas e 20 minutos, entrou na Sala o Senhor Dr. José Tavares Veiga Silva Maltez, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal da Golegã. -----

----- Ainda no uso da palavra a Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal procedeu à leitura de um outro documento subscrito pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal do PSD onde se propõe um Voto de Louvor, destacando os títulos mundiais alcançados no 68º Campeonato do Mundo de Ornitologia pela equipa “Mandarins Brogueira”, na pessoa do munícipe Gaspar Brogueira, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 2. -----

----- Colocada à votação a proposta apresentada foi aprovada, **por unanimidade**. -----

----- O membro Senhor Ricardo Correia pediu a palavra para proceder à leitura de um documento subscrito pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal do PSD onde propõem a colocação de cinzeiros verticais nos pontos mais frequentados e movimentados do Concelho da Golegã, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 3. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos usou de seguida da palavra para, relativamente à intervenção anterior referir que, salvo melhor opinião, esta questão não poderá ser apresentada como uma proposta, mas sim como uma recomendação. -----

----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, pediu a palavra para corroborar as palavras proferidas pelo membro Senhor Carlos Santos referindo ainda que, quanto a esta matéria, apenas poderá ser feita uma recomendação à Câmara Municipal ou às Juntas de Freguesia, uma vez que estas também estão implicadas neste assunto. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas usou da palavra para dizer que, daquilo que veio da bancada do PSD, a ideia com que ficou foi de que se tratava de uma recomendação, apesar de lhe ter sido dado o nome de proposta. Nesse sentido anunciou que iriam votar a favor. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou então da palavra para dizer que também comunga da opinião de que se trate de uma recomendação e não de uma proposta. -----

----- Após os membros do Grupo Parlamentar Municipal do PSD terem consentido a alteração da designação de proposta para recomendação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à votação tendo, o mesmo, sido aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, usou de novo da palavra para informar que, no passado dia 13 de Fevereiro, se realizou uma reunião da Comissão Organizadora das Comemorações do dia 25 de Abril de 1974. -----

----- Acrescentou ainda que irá chegar toda a informação decorrente dessas Comemorações aos membros da Assembleia Municipal que, como é do conhecimento geral, este ano, terão lugar na Freguesia da Golegã. -----

----- O membro Senhor Ricardo Correia pediu a palavra para tecer diversas considerações, nomeadamente: -----

----- Chamar à atenção para uma luminária que se encontra fundida, há já algum tempo, no cruzamento da Estrada Nacional 243 com a Estrada do Lorvão. -----

----- Relativamente à APP do Município, criada no anterior mandato, referiu que não percebem a opção do atual Executivo Municipal em não aproveitar esta aplicação depois do investimento que foi feito na sua criação, pois com a importância que o mundo digital tem nos dias de hoje a sua não utilização é uma má opção e um desperdício do dinheiro investido. -----

----- Relativamente à transferência de competências aceites pelo Município da Golegã, perguntou se a Autarquia já recebeu, do Fundo de Financiamento de Descentralização, alguma transferência de verbas, e em caso afirmativo para qual dos domínios. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para tecer diversas considerações, relativamente à transferência de competências aceites pelo Município da Golegã e esclarecer que ainda não foi recebido nenhum valor pecuniário, relativamente a essa matéria. -----

----- Depois de devidamente autorizado o Vereador Senhor Eng^o. Carlos Godinho usou da palavra para, relativamente à APP do Município, informar que está a ser analisada a forma como a mesma vai ser atualizada. -----

----- Relativamente à questão da luminária que se encontra fundida aproveitou a oportunidade para deixar uma sugestão referindo que existe uma aplicação que permite comunicar este e outros tipos de anomalias. A partir daí todos podem ajudar e contribuir para que estas situações se resolvam com



Município da Golegã
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



18
#

FLS 5/9

brevidade não deixando, no entanto, a Câmara Municipal de fazer a respetiva comunicação interna à EDP sobre as anomalias entretanto constatadas. -----

----- Terminou a sua intervenção corroborando as palavras proferidas pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente às competências aceites pelo Município da Golegã. -----

----- O membro Senhor António Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã pediu a palavra para pessoalmente, em nome da Junta de Freguesia da Golegã e sobretudo como Goleganense, se congratular pela pertinência com que o Senhor Dr. José Veiga Maltez foi distinguido pelo Jornal "O Mirante" como a figura política do ano de 2019. -----

----- Referiu ainda que subscreve totalmente esta homenagem uma vez que entende ser extremamente importante as pessoas serem reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu a palavra para dizer que numa das últimas Assembleias Municipais pediu que lhe fossem fornecidos os valores que tinham sido pagos à época, assim como os que faltavam pagar, relativamente à obra do Equuspolis. Referiu que essa informação ainda não lhe foi facultada pelo que solicitou que, entretanto o Executivo lhe fizesse chegar essa informação atualizada. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Vereador Senhor Eng^o Carlos Godinho referiu que a informação lhe será enviada, pormenorizadamente por e-mail. -----

----- Esclareceu, no entanto, que à data de hoje o valor pago ronda os 970 mil euros que inclui os trabalhos contratuais e trabalhos a mais, estando ainda por faturar cerca de 300 mil euros. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Bruno Medinas solicitou ao senhor Vereador que desse uma explicação sobre o que é que quis dizer sobre os trabalhos a mais, porque para o cidadão comum aquilo que há naquela obra é trabalhos a menos. -----

----- O Senhor Vereador usou então da palavra para dizer que a explicação é muito simples, ou seja, existe um contrato dos trabalhos contratualizados e esses trabalhos podem não enquadrar as reais necessidades daquele espaço pelo que poderá, por exemplo, haver um projeto de 30 ou 40 mil euros que, na realidade, não tem determinados trabalhos que são necessários para a sua funcionalidade, daí se chamarem trabalhos a mais. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que é verdade que se diz trabalhos a menos quando são suprimidos trabalhos mas estes foram trabalhos a mais que surgiram no decorrer da obra para que esta ficasse apta e funcional para a população poder usufruir dela. -----



----- Terminou a sua intervenção realçando que todos os trabalhos a mais referidos foram trabalhos que não foram contemplados em projeto ou que estavam incorretamente contemplados e que, no decorrer da obra, obrigaram a fazer retificações, para que a mesma ficasse funcional. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu de novo a palavra para perguntar qual é a diferença entre aquilo que estava inicialmente previsto e aquilo que vai muito provavelmente ser o custo total da obra, tendo o Senhor Vereador respondido que os trabalhos a mais rondam os 240 mil euros e os trabalhos a menos são cerca de 150 mil euros. -----

----- Após esta informação o membro Senhor Bruno Medinas, de novo no uso da palavra, concluiu que, apesar de terem sido retirados um conjunto de intervenções naquele espaço, ainda assim, aquilo que custaram os trabalhos a mais foi superior ao custo do que foi retirado, tendo para o efeito o Senhor Vereador esclarecido que uma coisa é determinados trabalhos serem adjudicados no início da obra que, em termos da sua execução, os custos se diluem no seu todo e outra coisa é ter que se corrigir em cima, consoante as coisas vão sendo apresentadas e, nesse caso, o custo unitário é completamente diferente do que foi a concurso. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou, igualmente, da palavra para acrescentar que no início da obra, a Câmara Municipal da Golegã teve que desembolsar 80 mil euros por falta de resposta à CCDR Alentejo e isso tem reflexo na obra em causa. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu de novo a palavra para solicitar que se precisasse naquilo que era o valor que estava previsto e no valor que vai ficar a obra tendo, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal respondido que, face às circunstâncias, não é possível responder a essa questão. -----

----- Para terminar este assunto o membro Senhor Bruno Medinas solicitou que lhe fosse explicado o porquê de uma reabertura parcial daquele espaço quando, o mesmo, ainda não reúne dignidade para servir os seus visitantes. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para tecer diversas considerações sobre esta questão e esclarecer os motivos que levaram o Executivo Municipal a tomar a decisão de reabrir o Equuspolis por frações. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para, na sequência da intervenção do membro Senhor Bruno Medinas, dizer que, independentemente de terem sido retirados trabalhos à



Município da Golegã
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 7/9

obra, todos os trabalhos a mais que se verificaram iriam existir na mesma porque a única coisa que foi retirada da obra foi uma das margens e a ponte mantendo-se todo o restante e que as lacunas que existem agora no projeto, também existiam à data da sua elaboração, ou seja, toda a parte do projeto que foi mantida, para ficar exequível, teriam que haver sempre trabalhos a mais e esses têm que ser pagos. -----

----- Ainda sobre o Equuspolis o membro Senhor Ricardo Correia usou da palavra para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD também acha que foi um pouco precipitada a sua abertura ao público tendo, inclusivamente, mostrado umas fotos tiradas hoje sobre aquele espaço. -----

----- Terminou a sua intervenção perguntando se aquela zona está abrangida pelo Decreto-Lei nº 203/2015 e se cumpre todos os seus requisitos. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Vereador Senhor Engº Carlos Godinho, teceu para o efeito diversas considerações e esclareceu que a vedação que é mostrada nas fotografias tem sido, constantemente alvo de vandalismo informando ainda que como aquele espaço não foi englobado no projeto inicial esta vedação iria sempre existir. -----

----- Relativamente à última questão informou que aquele espaço ainda não está nas condições que se pretendem, mas o Executivo está a corrigir essas situações, nomeadamente, a questão do pavimento amortecido. -----

----- Após os membros Senhores Bruno Medinas, Carlos Santos, Ricardo Correia, João Luiz, assim como o Vereador Senhor Carlos Godinho e o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal terem tecidos mais algumas considerações, relativamente à obra do Equuspolis manifestando os seus pontos de vista, o membro Senhor Joaquim Morgado pediu a palavra para perguntar se as obras do Mestre Martins Correia estão, devidamente catalogadas e inventariadas e se, em caso, de cedência ou empréstimo são devidamente contratualizadas, tendo para o efeito o Exmo Senhor Presidente esclarecido que existe um registo de todo o património, assim como fica, devidamente registado sempre que alguma das peças é cedida a um outro Museu. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1. – APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;** -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no

período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 4. -----

----- Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos o membro Senhor Ricardo Correia pediu a palavra para dizer que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD vê com agrado que o Executivo Municipal tem considerado e implementado as suas sugestões e recomendações enumerando, para o efeito, diversas situações. -----

----- Terminou a sua intervenção manifestando o seu desagrado bem como o do seu Grupo Parlamentar Municipal em ver, constantemente o Conselho Municipal de Juventude sem quórum demonstrando-se, assim, por parte dos partidos políticos e das suas juventudes partidárias aqui representados, nesta Assembleia Municipal, uma enorme falta de respeito por aquele Órgão. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que é absolutamente normal que o Executivo Municipal ouça as propostas apresentadas e as execute sempre que as mesmas sejam sensatas, concisas e pertinentes. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos usou de seguida da palavra para perguntar o que é que foi tratado na reunião com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tendo para o efeito o Senhor Presidente do Executivo Municipal informado que iria passar a palavra à sua Chefe de Gabinete para intervir sobre esta matéria. -----

----- Depois de devidamente autorizada usou então da palavra a Senhora Chefe de Gabinete, Drª Ana Isabel Caixinha, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- Referiu que com as exigências e as dificuldades que, atualmente todas as Câmaras Municipais sentem foi necessário que o Senhor Secretário de estado ouvisse os Senhores Presidentes de Câmara uma vez que existem duas situações que são de extrema gravidade e importância para as respetivas Câmaras Municipais, que se prendem com os Impostos Municipais. -----

----- Informou que, neste momento, a Administração Tributária deve, nomeadamente, à Câmara Municipal da Golegã cerca de 190 mil euros de IMI e IMT e ainda um valor residual referente ao Imposto de Circulação, não se percebendo porque é que estes valores estão em dívida e, efetivamente não são pagos daí a razão de se alertar o Senhor Secretário de Estado para que, no âmbito das suas competências, desenvolva esforços no sentido de que o Estado pague aquilo que deve às Autarquias Locais. -----

----- Ainda no uso da palavra, informou que existe uma outra questão bastante importante que, segundo se sabe já está a ser estudada para ser alterada em benefício das Autarquias Locais, se prende com o facto de um qualquer contribuinte se intentar uma ação contra a Administração Fiscal para impugnação, por exemplo do pagamento do IMI, as Câmaras Municipais que são as titulares desse imposto, não são chamadas para se poderem defender. Face a essa situação, referiu que as Autarquias Locais têm toda a legitimidade para suspeitar da maneira como são defendidas pela Administração Tributária. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que foram estas preocupações que os Senhores Presidentes de Câmara decidiram transmitir ao senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais tendo, o mesmo, manifestado a sua sensibilidade para estas questões. -----

----- O membro Senhor Bruno Medinas pediu a palavra para perguntar o que é que tem sido feito pelo Executivo Municipal relativamente ao troço que liga o Concelho da Golegã ao Concelho de Santarém através da E. N. 365, uma vez que essa estrada se encontra num estado lastimável e cada dia que passa as suas condições são cada vez piores. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para tecer diversas considerações, relativamente a essa matéria e informar que aquilo que o Executivo Municipal tem feito frequentemente é pressionar o I. P. no sentido de que seja feita a repavimentação daquele troço porque, em termos de segurança, não há grandes acidentes. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer usar da palavra e esgotada a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato ao período de intervenção do público. -----

----- Pediu a palavra o munícipe Senhor Rui dos Santos Pedro para manifestar as dificuldades que tem sentido relativamente à conclusão da sua obra. -----

----- Após a sua intervenção e não mais havendo público a querer intervir, quando eram 23 horas e 15 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de aprovada vai ser assinada por si, bem como pelo Coordenador Técnico, António Manuel Alves de Sousa Riachos, que a lavrou. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;



O Coordenador Técnico;

